



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

ORDEN DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA** (A Entidade), que compreendem a o balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 6.289.726 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.570.359 euros, incluindo um resultado líquido de 98.146 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

EDIFÍCIO DE REVISÃO DE CONTAS DE CONTAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

COLEGIADO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marinha Grande, 12 de abril de 2017

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

Representada por
Dr. Luis Guerra Marques - ROC nº 620



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
INSTITUTO DE PRESTAÇÕES E CONTAS DE IPSS

Manha Jusa

DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE DE PRESTAÇÕES E IPSS
NÚCLEO DE ORÇAMENTO E CONTAS DE IPSS

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.866.370,86	4.639.941,21
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	1.244.608,62
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	5	1.136,19	415,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		5.867.507,05	5.884.965,39
Activo corrente			
Inventários	8	7.827,53	6.095,75
Clientes	14	88.052,57	104.981,51
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	12.605,64	10.721,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	14	14.199,44	14.202,80
Diferimentos	14	3.547,50	3.131,39
Outros activos financeiros	14	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		295.986,18	104.576,98
Outros		0,00	0,00
		422.218,86	243.689,54
Total do Activo		6.289.725,91	6.128.654,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	269.428,74	125.925,55
Excedentes de revalorização	14	3.405.855,14	3.405.855,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.509.192,84	1.421.222,10
		5.472.213,20	5.240.738,27
Resultado líquido do período	14	98.145,85	142.392,07
Total do fundo de capital		5.570.359,05	5.383.130,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	457.353,46	484.239,56
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		457.353,46	484.239,56



SEGURANCA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANCA SOCIAL
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Maria Jose

DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE DE PRESTAÇÕES E IPSS
NÚCLEO DE ORÇAMENTO E CONTAS DE IPSS

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2016

Institui o: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Passivo corrente			
Fornecedores	14	51.558,27	43.908,69
Adiantamentos de Clientes	14	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		28.493,97	30.707,96
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	23.888,32	20.890,54
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	14	158.072,84	185.777,84
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		262.013,40	261.265,03
Total do Passivo		719.366,86	745.524,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.289.725,91	6.128.654,93



SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL
IPSS*Alana*
*Alana*DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE DE PRESTAÇÕES E IPSS
NÚCLEO DE ORÇAMENTO E CONTAS DE IPSS**Demonstração dos Fluxos de Caixa (Mapa C)**

Ano das contas: 2016

Instituição: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA

Mapa C. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		961.364,74	965.979,07
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-528.873,39	-520.157,87
Pagamentos ao pessoal		-801.776,08	-783.957,18
Caixa gerada pelas operações		-369.284,73	-338.135,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		536.140,58	448.408,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		166.855,85	110.272,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-600,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-720,63	-200,31
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		61.750,00	20.000,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		128,08	144,18
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		61.157,45	19.343,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	15.000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		6.774,79	7.146,55
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-27.365,51	-51.426,23
Juros e gastos similares		-16.013,38	-18.944,60
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-36.604,10	-48.224,28
Variação da caixa e seus equivalentes (1+2+3)		191.409,20	81.392,28
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		104.576,98	23.184,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		295.986,18	104.576,98


Mário José
A

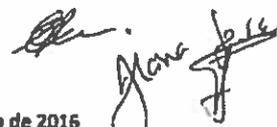
FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Balanco	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Locações.....	20
7. Custos de Empréstimos Obtidos.....	20
8. Inventários	21
9. Rédito.....	21
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	22
11. Imposto sobre o Rendimento	22
12. Benefícios dos empregados.....	23
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
14. Outras Informações	23
14.1. Clientes e Utentes.....	24
14.2. Outras contas a receber.....	24
14.3. Diferimentos	25
14.4. Outros Ativos Financeiros.....	25
14.5. Caixa e Depósitos Bancários	25
14.6. Fundos Patrimoniais	26
14.7. Fornecedores	26
14.8. Estado e Outros Entes Públicos	26
14.9. Outras Contas a Pagar	27
14.10. Outros Passivos Financeiros	27
14.11. Subsídios, doações e legados à exploração	27



14.12.Fornecimentos e serviços externos	27
14.13.Outros rendimentos e ganhos	28
14.14.Outros gastos e perdas	28
14.15.Resultados Financeiros	28
19.1. Acontecimentos após data de Balanço	29

Balanço

Fundação Maria e Oliveira

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.866.370,86	4.639.941,21
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento	5	0,00	1.244.608,62
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	14	1.136,19	415,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		5.867.507,05	5.884.965,39
Activo corrente			
Inventários	8	7.827,53	6.095,75
Clientes	14	88.052,57	104.961,51
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	14	12.605,64	10.721,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	14	14.199,44	14.202,80
Diferimentos	14	3.547,50	3.131,39
Outros activos financeiros	14		0,00
Caixa e depósitos bancários	14	295.986,18	104.576,98
Subtotal		422.218,86	243.689,54
Total do activo		6.289.725,91	6.128.654,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	269.429,74	125.925,55
Excedentes de revalorização	14	3.405.655,14	3.405.655,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.509.197,84	1.421.222,10
Resultado Líquido do período	14	98.145,85	142.392,07
Total do fundo do capital		5.570.359,05	5.383.130,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	457.353,46	484.239,56
Outras contas a pagar			
Subtotal		457.353,46	484.239,56
Passivo corrente			
Fornecedores	14	51.558,27	43.908,69
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	28.493,97	30.707,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7	23.888,32	20.890,54
Diferimentos			
Outras contas a pagar	14	158.072,84	165.777,84
Outros passivos financeiros	14		
Subtotal		262.013,40	261.285,03
Total do passivo		719.366,86	745.524,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.289.725,91	6.128.654,93

Alcobaça, 03 de abril de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Fundação Maria e Oliveira
Rua de Olivença, 12 - 2460-035 Alcobaça
NIF: 500850607

A ADMINISTRAÇÃO:

[Assinatura]
Hana Faro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Fundação Maria e Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

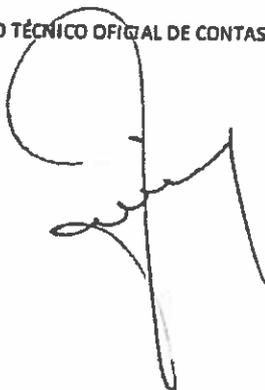
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euro s

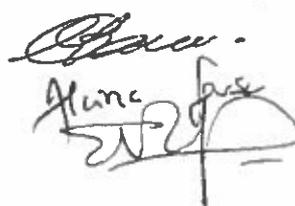
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	914.265,39	912.058,93
Subsídios, doações e legados à exploração	10	877.586,05	889.287,21
Variação nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-266.035,07	-263.750,86
Fornecimentos e serviços externos	14	-283.453,59	-257.262,64
Gastos com o pessoal	12	-1.189.914,23	-1.174.136,89
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-15.851,29	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	14	203.720,23	159.280,82
Outros gastos e perdas	14	-33.474,64	-9.669,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		206.842,85	255.807,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-95.738,54	-96.638,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111.104,31	159.169,01
Juros e rendimentos similares obtidos			16,10
Juros e gastos similares suportados	7,14	-12.958,46	-16.793,04
Resultados antes de impostos		98.145,85	142.392,07
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		98.145,85	142.392,07

Alcobaça, 03 de abril de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO:



Demonstração dos Resultados por Funções

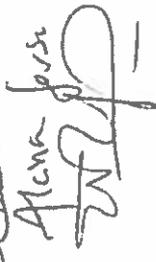
Fundação Maria e Oliveira
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Creche	Pré-Escola	CATL	Lar	Centro Dia	Ajuda Domiciliário	Centro Convênio	Habitação Social	Usakoa	PERÍODOS	
											2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	60.821,00	61.892,00	96,00	653.122,98	24.507,28	85.609,13	0,00	0,00	28.217,00	914.265,39	912.067,93
Custo das vendas e dos serviços prestados	8, 12, 14	-211.040,93	-242.506,47	-5.225,98	-1.089.938,88	-41.823,84	-171.307,01	-21.936,19	-22.043,93	-45.069,49	-1.850.992,72	1.771.788,86
Resultado bruto		-150.219,93	-180.614,47	-5.229,98	-436.815,90	-17.316,56	-85.697,88	-21.936,19	-22.043,93	-16.852,49	-936.727,33	-879.720,93
Subsídios à Exploração	10	151.496,13	110.186,43	547,90	436.543,75	18.229,95	147.801,65	11.721,12	0,00	62,12	877.586,05	889.287,21
Outros Rendimentos	14	10.337,15	26.605,46	98,55	142.680,32	2.641,64	1.852,66	1.407,32	17.009,74	1.192,39	203.720,23	159.280,82
Outros gastos	14	-1.869,99	-7.179,39	-106,01	-23.432,78	-198,32	-447,76	-85,15	-44,66	-169,78	-33.474,64	-9.669,09
Resultado operacional		9.705,36	-51.001,97	-4.690,34	118.975,39	3.350,71	63.508,67	-7.896,90	-5.078,85	-15.767,76	111.104,31	159.169,01
Gastos de financiamento (líquidos)	14	-52,67	-79,17	0,00	-594,09	-21,16	-43,83	-26,42	-12.119,96	-21,16	-12.958,46	-16.776,94
Resultados antes de impostos		9.652,69	-51.081,14	-4.690,34	118.381,30	3.329,55	63.464,84	-7.923,32	-17.198,81	-15.788,92	98.145,85	142.392,07
Imposto sobre o rendimento do período												
Resultado líquido do período		9.652,69	-51.081,14	-4.690,34	118.381,30	3.329,55	63.464,84	-7.923,32	-17.198,81	-15.788,92	98.145,85	142.392,07

Alcobaça, 03 de Abril de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO:


 Alcobaça


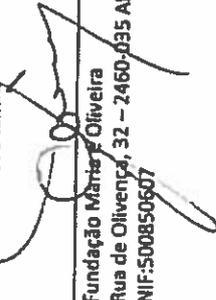
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Fundação Maria e Oliveira
 DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Exced. Téc.	Reservas	Result. Transit.	R. Ingres	Exced. Rev.	Out. Var. FP	Result. Líq. do período	Total	Int. mín.	Total F. Próprios
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	287.935,48	-	-	132.901,11	-	3.405.655,14	1.392.630,54	(6.975,56)	5.212.146,71	-	5.212.146,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças da conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de ver. de AFT e Intangíveis												
Exced. de realiz. do exced. de rev. de AFT e Intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				(6.975,56)			28.591,56	6.975,56	28.591,56		28.591,56
RESULTADO EXTENSIVO	3				(6.975,56)			28.591,56	6.975,56	28.591,56		28.591,56
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4+1+3											
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	5	287.935,48	-	-	125.925,55	-	3.405.655,14	1.421.222,10	142.392,07	5.381.130,34	-	5.381.130,34

Alcobaca 03 de Abril de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



Fundação Maria e Oliveira
 Rua de Olivença, 32 - 2460-035 Alcobaca
 NIF: 500850607

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016

Fundação Maria e Oliveira
DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

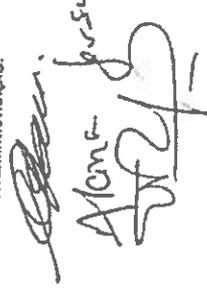
DESCRIÇÃO	Índice	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe										Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Exced. Téc.	Reservas	Result. Transf.	N. Legais	Exced. Rev.	Out. Var. FP	Result. Líq. do período	Total	Int. m.b.	Total F. Patrim.		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	287.935,48	-	-	175.975,55	-	3.405.655,14	1.421.222,10	147.397,07	-	-	5.383.130,34	-	5.383.130,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	14													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de ver. de AFT e Intangíveis														
Exced. de real. do exced. de rev. de AFT e Intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14				143.504,19		-	87.970,74	(147.397,07)			89.087,86		89.087,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				143.504,19		-	87.970,74	(147.397,07)			89.087,86		89.087,86
RESULTADO EXTENSIVO	8											98.145,85		98.145,85
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9-7+8											(64.246,22)		187.228,71
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	10	287.935,48	-	-	269.478,74	-	3.405.655,14	1.509.192,84	98.145,85	-	-	5.570.359,05	-	5.570.359,05

Alcobaça, 03 de Abril de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO:



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação Maria e Oliveira
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária Euros

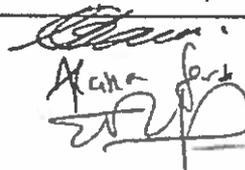
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		961.364,74	965.979,07
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		528.873,39	520.157,87
Pagamentos ao pessoal		801.776,08	783.957,18
Caixa gerada pelas operações		-369.284,73	-338.135,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		536.140,58	448.408,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		166.855,85	110.272,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			600,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		720,63	200,31
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		61.750,00	20.000,00
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		128,08	144,18
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		61.157,45	19.343,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			15.000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		6.774,79	7.146,55
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		27.365,51	51.426,23
Juros e gastos similares		16.013,38	18.944,60
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-36.604,10	-48.224,28
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		191.409,20	81.392,28
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		104.576,98	23.184,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		295.986,18	104.576,98

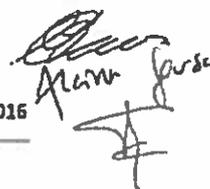
Alcobaça, 03 de Abril de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Fundação Maria e Oliveira
Rua de Olivença, 32 - 2460-025 Alcobaça
NIF:500850607

A ADMINISTRAÇÃO:





Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade:

A Fundação Maria e Oliveira, com o NIF 500850607, é uma fundação de solidariedade social, (IPSS sem fins lucrativos), instituída por testamento da benemérita D. Maria do Carmo Elizeu de Oliveira, de 10 de setembro de 1913, com Estatutos aprovados, registados com inscrição n.º 28/84, do livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social e publicados do Diário da República da III Série, n.º 69, de 22 de março de 1984, com sede na Rua de Olivença n.º 32, 2460-035 Alcobaca.

1.2 – Natureza e Atividades:

A Fundação Maria e Oliveira constituída por tempo ilimitado, tem por fim a promoção e proteção social da população idosa, crianças e jovens, apoio à família e comunidade e resolução dos problemas habitacionais das populações do concelho de Alcobaca.

Para realização dos seus fins, a instituição propõe-se manter e criar as seguintes atividades:

- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade;
- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa de reabilitação e de recuperação após intervenção cirúrgica hospitalar;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução de problemas habitacionais das populações;
- Outras atividades de índole social e cultural, designadamente o fornecimento de refeições ou outro tipo de alimentação ou produtos e artigos.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, é

referido que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Alteração do normativo contabilístico – Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

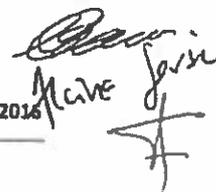
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição

necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

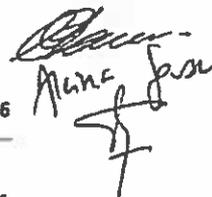
Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6 a 50
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos fixos tangíveis	3 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e são reconhecidas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2. Propriedades de Investimento

Por força da alteração ao normativo contabilístico introduzido pelo DL 98/2015 de 2 de junho, aviso nº 8259/2015 de 29 julho no n.º 7 – Ativos fixos tangíveis, ponto 75, que obriga a reconhecer propriedade de investimento como ativo fixo tangível. Assim e em concordância com a alínea c) do ponto 5.2, as propriedades de investimento figuram no balanço em



31/12/2015, nesta mesma rubrica e no balanço de abertura de 2016 na rubrica de ativos fixos tangíveis, perdendo-se a comparabilidade entre o exercício de 2015 e o de 2016, neste item.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

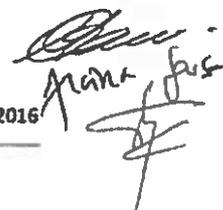
À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.



3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o Interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

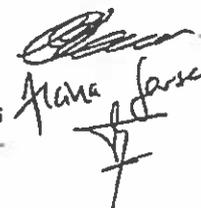
Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimos Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".



Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

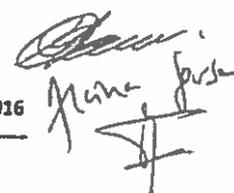
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições/ Aumentos	Abates/ Allen.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.362.196,06	-	-	-	-	2.362.196,06
Edifícios e outras construções	3.336.592,53	-	-	-	-	3.336.592,53
Equipamento básico	365.047,86	28.747,98	-	-	-	393.795,84
Equipamento de transporte	114.332,26	-	-	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	161.082,88	16.429,01	-	-	-	177.511,89
Outros activos fixos tangíveis	13.419,49	-	-	-	-	13.419,49
Total	6.352.671,08	45.176,99	-	-	-	6.397.848,07
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.044.956,83	63.269,00	-	-	-	1.108.225,83
Equipamento básico	362.974,69	5.995,06	-	-	-	368.969,75
Equipamento de transporte	114.332,26	-	-	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	155.736,79	5.461,74	-	-	-	161.198,53
Outros activos fixos tangíveis	11.039,49	290,00	-	-	-	11.329,49
Total	1.689.040,06	75.015,80	-	-	-	1.764.055,86

	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2015
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

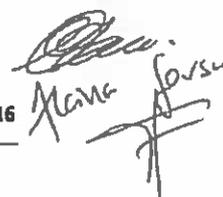
Oliveira
Almeida
Almeida

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições/ Aumentos	Abates/ Alien.	Transferências aumento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.362.196,06	90.037,25	(2.500,00)	17.210,00	-	2.466.943,31
Edifícios e outras construções	3.336.592,53	24.786,75	(49.653,85)	1.370.919,24	-	4.682.644,67
Equipamento básico	393.795,84	991,93	-	-	-	394.787,77
Equipamento de transporte	114.332,26	-	-	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	177.511,89	4.586,30	-	-	-	182.098,19
Outros activos fixos tangíveis	13.419,49	-	-	-	-	13.419,49
Total	6.397.848,07	120.402,23	(52.153,85)	1.388.129,24	-	7.854.225,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.108.225,83	84.775,42	(882,17)	143.521,62	-	1.335.640,70
Equipamento básico	368.969,75	4.893,42	(1.097,99)	-	-	372.765,18
Equipamento de transporte	114.332,26	-	(14,13)	-	-	114.318,13
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	161.198,53	5.779,70	-	-	-	166.978,23
Outros activos fixos tangíveis	11.329,49	290,00	-	-	-	11.619,49
Total	1.764.055,86	95.738,54	(1.994,29)	143.521,62	-	2.001.321,73

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	14.381,00	-	14.381,00
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	14.381,00	-	14.381,00

No exercício de 2016, houve um aumento na rubrica de perdas por imparidade, refletido no quadro acima, por força do ajustamento da reavaliação pelo justo valor em edifícios e outras construções.

Todas as depreciações foram calculadas pelo método da linha reta.



Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2015 e 2016, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições	Alienações	Dep. Período	Transferências	Saldo em 31-Dez-2015
Habituação Social		-	-	(16.930,29)	-	1.084.787,49
Outros Imóveis	125.478,51	50.410,00	(12.500,00)	(3.567,38)	-	159.821,13
Total	1.227.196,29	50.410,00	(12.500,00)	(20.497,67)	-	1.244.608,62

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições	Alienações	Dep. Período	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Habituação Social	-	-	-	-	-	-
Outros Imóveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Como referimos no ponto 3.2.2 – Propriedades de investimento por força da aplicação do DL 98/2015 de 2 de junho as propriedades de investimento são reconhecidas no exercício de 2016 como ativo fixo tangível, perdendo -se a comparabilidade entre os mapas dos exercícios de 2015 e 2016.

6. Locações

Neste período não foram reconhecidos quaisquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	10.141,67	200.901,17	211.042,84	7.566,94	213.617,57	221.184,51
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	13.746,65	256.452,29	270.198,94	13.323,60	270.621,99	283.945,59
Total	23.888,32	457.353,46	481.241,78	20.890,54	484.239,56	505.130,10

Em 31 de dezembro de 2016, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	10.141,67	15.179,65	25.321,32	7.566,94	15.709,34	23.276,28
De uma a cinco anos	49.820,89	66.819,82	116.640,71	46.561,58	69.819,82	116.381,40
Mais de cinco anos	167.881,61	64.881,19	232.762,80	179.237,54	76.801,54	256.039,08
Total	227.844,17	146.880,66	374.724,83	233.366,06	162.330,70	395.696,76

Nenhum gasto com empréstimos obtidos foi capitalizado neste período ou no anterior.

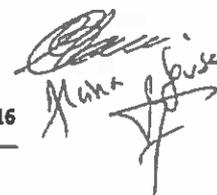
8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.562,82	226.402,18	34.881,61	6.095,75	237.274,54	30.492,31	7.827,53
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.562,82	226.402,18	34.881,61	6.095,75	237.274,54	30.492,31	7.827,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				263.750,86			266.035,07
Variações nos inventários da produção				-			-

9. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores de Rédito:



Descrição	2016	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	914.265,39	912.058,93
Quotas dos utilizadores	914.265,39	912.058,93
Quotas e Jólías	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	914.265,39	912.058,93

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

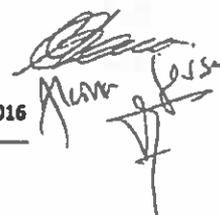
A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade apresentava os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	864.586,02	845.721,49
Segurança Social	840.318,95	806.560,46
IEFP	24.267,07	35.661,03
Município de Alcobaça	-	3.500,00
Outros Subsídios	-	-
	-	-
Total	864.586,02	845.721,49

Descrição	2016	2015
Subsídios	864.586,02	845.721,49
Doações	37.267,10	43.565,72
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	901.853,12	889.287,21

11. Imposto sobre o Rendimento

Neste período e no anterior não foi reconhecido qualquer gasto de imposto.



12. Benefícios dos empregados

O atual conselho de administração tomou posse no dia 10/01/2014, sendo constituído pelo Dr. Mário José Almeida Lopes Barreiro, pela Dr.ª Maria Alcina do Couto de Sousa e pelo Dr. Eduardo Manuel Romero Dias Marques, este último reconduzido do anterior mandato e que assumem, respetivamente os cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 90 e em 2015 foi de 100.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	971.392,41	963.606,19
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	886,28	50,52
Encargos sobre as Remunerações	206.007,86	201.000,79
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.235,03	7.153,69
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	2.069,74	2.325,70
Total	1.188.591,32	1.174.136,89

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c	88.052,57	104.961,51
Clientes	-	-
Utentes	88.052,57	104.961,51
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	88.052,57	104.961,51

No período de 2016 foi registada a seguinte "Perdas por Imparidade", calculadas com base no artigo 28-B do código do IRC, pelas dívidas dos utentes em mora:

Descrição	2016	2015
Clientes	-	-
Utentes	15.851,29	-
Total	15.851,29	-

14.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	14.199,44	14.202,80
Perdas por Imparidade	-	-
Total	14.199,44	14.202,80

14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.547,50	3.131,39
Juros	-	-
...	-	-
Total	3.547,50	3.131,39
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

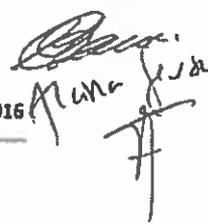
14.4. Outros Ativos Financeiros

Não se verificou qualquer movimento neste exercício.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	2.795,45	2.541,91
Depósitos à ordem	293.190,73	102.035,07
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	295.986,18	104.576,98



14.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	287.935,48	-	-	287.935,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	125.925,55	143.504,19	-	269.429,74
Excedentes de revalorização	3.405.655,14	-	-	3.405.655,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.421.222,10	87.970,74	-	1.509.192,84
Total	5.240.738,27	231.474,93	-	5.472.213,20

14.7. Fornecedores

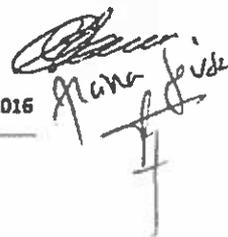
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	51.558,27	43.908,69
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	51.558,27	43.908,69

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.605,64	10.721,11
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	12.605,64	10.721,11
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.935,74	6.952,38
Segurança Social	22.558,23	23.755,58
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	28.493,97	30.707,96


14.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	147.744,38	-	152.693,26
Outros credores	-	10.328,46	-	13.084,58
	-	-	-	-
Total	-	158.072,84	-	165.777,84

14.10. Outros Passivos Financeiros

Não se verificou qualquer movimento neste exercício.

14.11. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

14.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	136.792,87	116.360,41
Materiais	13.216,20	14.752,89
Energia e fluidos	96.446,95	88.260,85
Deslocações, estadas e transportes	5.045,62	5.199,62
Serviços diversos	31.951,95	32.688,87
dos quais:	-	-
Comunicação	9.921,41	8.834,04
Seguros	7.910,75	8.017,48
Outros	14.119,79	15.837,35
Total	283.453,59	257.262,64

14.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	50.799,00	50.275,54
Descontos de pronto pagamento obtidos	990,43	1.665,16
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	128,08	144,18
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	25.584,49	28.952,48
Outros rendimentos e ganhos	126.218,23	78.259,56
Total	203.720,23	159.296,92

14.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	657,46	862,80
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas Incobráveis	-	1.105,00
Perdas em Inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas Investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	32.817,18	7.701,29
Total	33.474,64	9.669,09

14.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12.958,46	16.793,04
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	12.958,46	16.793,04
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(12.958,46)	(16.793,04)

19.1. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alcobaça, 20 de abril de 2017

Mário José Almeida dos Santos
Márcia Helena do Carmo de Sousa

